

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.708.838 - SP (2017/0042520-3)**

RECORRENTE : FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR  
PROCON  
ADVOGADOS : PASQUAL TOTARO E OUTRO(S) - SP099821  
MARIA BERNADETE BOLSONI PITTON - SP106081  
RECORRIDO : BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
ADVOGADOS : DANIEL SIRCILLI MOTTA - SP235506  
FRANCIS TED FERNANDES - SP208099  
CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR E OUTRO(S) -  
SP247319

**DECISÃO**

Banco Santander Banespa S/A ajuizou ação anulatória de ato administrativo c/c pedido de antecipação de tutela, contra ato da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo - PROCON/SP objetivando anulação de multa administrativa aplicada em razão de ter obtido vantagem abusiva com a retenção de valor pago a maior por consumidor.

A ação foi julgada parcialmente procedente (fls. 596-598), decisão mantida, em grau recursal, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos termos da seguinte ementa (fl. 793):

Multa – PROCON – Anulatória – Cerceamento de defesa – Contrato bancário – Código de Defesa do Consumidor – Aplicabilidade – Portaria PROCON nº 26/06 – Multa – Valor – Honorários advocatícios:

- Matéria não alegada na inicial e não apreciada na sentença, não pode ser conhecida no julgamento de apelação, suprimindo-se o Primeiro Grau de Jurisdição.

- O Código de Defesa do Consumidor aplica-se aos contratos bancários.

- A redução da multa ao mínimo legal é pertinente, considerando que a infração não refletiu em todos os contratos do conglomerado bancário e não ficou demonstrada a falsidade do pequeno faturamento informado pela agência.

Opostos embargos de declaração pelo PROCON/SP, foram eles rejeitados (fls. 815-824).

PROCON/SP interpõe o presente recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, alegando violação do art. 535, I, do CPC/1973, ao fato de o Tribunal *a quo* ter se omitido em relação à análise das contradições que apontou.

Aduz, ainda, contrariedade ao art. 57, § único, do Código de Defesa do Consumidor, visto que, em suma, o aresto vergastado, ao deliberar pela redução da multa para 200 UFIR's, não sopesou conjuntamente os critérios

qualitativos prescritos no citado dispositivo, quais sejam, a gravidade da infração, a vantagem auferida e o porte econômico do ofensor.

Apresentadas contrarrazões às fls. 841-858.

É o relatório. Decido.

No que concerne à apontada violação do art. 535, I, do CPC/73, sob a alegação de contradições não sanadas pelo Tribunal *a quo*, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, o recurso não merece prosperar. Isso porque o julgador resolveu a controvérsia tal qual colocada pelas partes, em decisão devidamente fundamentada, ainda que não totalmente nos termos em que postulada pela ora recorrente.

A esse respeito, é necessário destacar que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto

Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação do art. 535 do CPC/73, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. GREVE. DESCONTOS DOS DIAS PARADOS. CABIMENTO, SALVO SE HOUVER ACORDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, verifico que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. É entendimento consolidado no âmbito do STJ que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista, diante da suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Lei 8.112/1990, salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados. Ressalta-se que não consta nos autos que foi feita compensação dos dias parados.

3. Recurso Especial não provido. (REsp 1616801/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 13/09/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO

ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ART. 47 DO CPC/1973. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal *a quo* apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam.

2. Não se conhece da violação a dispositivos infraconstitucionais quando a questão não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do necessário prequestionamento (Súmula 211/STJ), sobretudo quando a parte, mesmo opondo embargos de declaração na origem, não suscitou a omissão na análise dos referidos aspectos.

3. Infirmar a conclusão alcançada pela Corte de origem, quanto a existência de litisconsórcio necessário tão somente em relação a duas candidatas, que foram lotadas na localidade onde pretendem as agravadas lotação, considerando, para tanto, os limites da sentença de primeiro grau, pressupõe o cotejo da referida sentença com o conjunto probatório do feito, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no Ag 1403108/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1592075/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 26/08/2016).

Em relação à alegada contrariedade ao art. 57, § único, do Código de Defesa do Consumidor, verifica-se que o Tribunal *a quo*, na fundamentação do acórdão, assim firmou entendimento (fl. 805):

[...]

O Juiz, entendendo pela falta de razoabilidade dos critérios adotados administrativamente, reduziu a multa para 200 UFIR's vigentes à época do fato, mínimo legal, redução que segundo o PROCON afasta o caráter punitivo e educativo da multa e viola o art. 2º do Constituição Federal.

Mesmo que já tenha o PROCON considerado a condição econômica do infrator e a gravidade da conduta ao fixar a multa em R\$ 136.558,65, segundo os critérios dos arts. 15 e 17 da Portaria PROCON nº 26/06, sua redução para o mínimo legal não retira o caráter punitivo e educativo da penalidade, nem viola o art. 2º da Constituição Federal.

O próprio art. 17, par. 3º, da Portaria 26/06 determina que a gradação da multa tenha por base o faturamento da agência envolvida, de forma que tratando-se de conduta isolada que não refletiu nos outros contratos idênticos, o arbitramento com base no faturamento médio mensal do conglomerado do banco viola realmente os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

[...]

Nesse sentido, tendo o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos dos autos, concluído pela desproporcionalidade e irrazoabilidade da multa aplicada ao recorrido, para se concluir de modo diverso do acórdão

vergado, na forma pretendida pelo recorrente, seria necessário o revolvimento do acervo fático delineado nos autos, procedimento esse vedado no âmbito do recurso especial, por óbice da Súmula n. 7/STJ.

A esse respeito, os seguintes julgados:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - MULTA ADMINISTRATIVA DO PROCON AGRAVO RETIDO - CONHECIDO E IMPROVIDO - ADVOGADA DO MUNICÍPIO - AUTORIDADE COATORA - LEGITIMIDADE PASSIVA - PRELIMINARES DE NÃO CONHECIMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL, POR INTEMPESTIVIDADE E DE FALTA DE INTERESSE RECURSAL DO MUNICÍPIO - AFASTADAS - PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO POR OFENSA À DIALETICIDADE - REJEITADA - PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, E FALTA DE INTERESSE DE AGIR - AFASTADAS - MÉRITO - LEGALIDADE DA MULTA ADMINISTRATIVA APLICADA PELO PROCON - IRRAZOABILIDADE. E DESPROPORCIONALIDADE DO VALOR SANCIONATÓRIO - REDUÇÃO - ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

[...]

Assim, para infirmar as conclusões do julgado no sentido de que o processo administrativo foi devidamente motivado e que o valor das multas seria proporcional aos atos praticados pela parte recorrente e dar provimento ao Recurso Especial, seria necessário, inequivocamente, incursão na seara fático-probatória, inviável, na via eleita, a teor do enunciado sumular 7/STJ.

[...]

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do Agravo para negar provimento ao Recurso Especial (AREsp 350123/MS, Relator Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Julgamento em 24/03/2017, Dje 28/03/2017).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. MULTA APLICADA PELO PROCON. TEMPO DE ESPERA EXCESSIVO EM FILA DE BANCO. AUSÊNCIA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. REDUÇÃO DO VALOR PELA CORTE ESTADUAL. REVISÃO DOS CRITÉRIOS ADOTADOS. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. EXEGESE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 57 DO CDC. FIXAÇÃO DA MULTA. APLICAÇÃO DA UFIR COMO PARÂMETRO. VALOR DA PENALIDADE EM REAIS. POSSIBILIDADE.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC quando a Corte de origem decide a controvérsia de forma clara e fundamentada, ainda que contrariamente ao interesse da parte, sendo desnecessária a manifestação sobre todos os argumentos suscitados pelo agravante.

2. As conclusões da Corte de origem a respeito do valor da multa administrativa aplicada pelo Procon, bem como dos critérios adotados para redução de tal quantia não são passíveis de revisão pelo STJ, porque implicariam reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que não se admite no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

3. O parágrafo único do art. 57 do CDC ("A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da

Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou índice equivalente que venha a substituí-lo") não ampara a tese do agravante de que a penalidade administrativa deve ser fixada em UFIR, pois o referido dispositivo legal apenas estabelece os limites para a fixação da referida multa.

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 1.385.625/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/09/2013, DJe 11/09/2013).

PROCESSUAL CIVIL. MULTA ADMINISTRATIVA IMPOSTA PELO PROCON. REVISÃO DO QUANTUM. MATÉRIA FÁTICA. EXAME DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. É impossível conhecer do pedido de redução do valor da multa administrativa imposta ao agravante (instituição financeira) pelo Procon em decorrência da violação ao dever de informação ao consumidor quanto ao prazo de baixa dos restritivos de contrato de leasing perante o Detran, já que, por demandar revisão probatória para se verificar a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, critérios previstos no artigo 57 do CDC encontra óbice no enunciado da Súmula 07/STJ.

2. O exame da pretensão recursal também demandaria necessariamente a interpretação da Lei estadual nº 3902/02, aplicável ao caso, já que se encontrava em vigor à época da notificação do autor, a qual disciplina a forma de fixação das multas administrativas no Código de Defesa do Consumidor, o que é vedado na via especial na Súmula 280/STF.

3. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1135719/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2009, DJe 15/10/2009).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RI/STJ, conheço parcialmente do recurso, negando-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator